



REFLEXÕES SOBRE OS ESTUDOS DA SUBALTERNIDADE: resenha do livro *Pode o subalterno falar?* de Gayatri Spivak

Carlos Vinícius da Silva Figueiredo¹

175

Publicado em dois mil e dez pela editora UFMG, a tradução do livro *Pode o subalterno falar?* de Gayatri Chakravorty Spivak carrega em sua essência o questionamento e a vontade de mudança dos precursores dos estudos da subalternidade. Trata-se de um dos textos fundadores do pós-colonialismo, em sua primeira versão em 1985, o artigo que recebia o subtítulo “Especulações sobre o sacrifício das viúvas” causou extrema repercussão diante de sua crítica acirrada aos intelectuais ocidentais e uma autocrítica ao grupo de estudos subalternos.

Para refletirmos acerca da temática da subalternidade, faz-se necessário conhecer o que a teoria tem a nos dizer. O termo “subalterno”, do latim *subalternus*, significa ‘aquele que depende de outrem: pessoa subordinada a outra’. Neste estudo, toma-se “subalterno” como expressão que se refere à perspectiva de pessoas de regiões e grupos que estão fora do poder da estrutura hegemônica; daí o conceito de subalternidade exigir um espaço territorial definido e demarcado, bem como àqueles que se encontram fora do pensamento hegemônico.

¹ Carlos Vinícius da Silva Figueiredo é professor no IFMS-CPCX. Mestre em Estudos Literários pela UFMS.

A expressão “subalterno” começou a ser utilizada nos anos 1970, na Índia, como referência às pessoas colonizadas do subcontinente sul-asiático, e possibilitou um novo enfoque na história dos locais dominados, até então, vistos apenas do ponto de vista dos colonizadores e seu poder hegemônico. Emergiria, assim, o nome “subalternidade” que, de nome abstrato, teria seu sentido deslocado para certa concretude e visibilidade.

Os estudos subalternos, dessa forma, começaram no início dos anos de 1980, com o indiano Ranajit Guha,² como uma intervenção na historiografia sul-asiática, enquanto se tornava um modelo para o subcontinente e, rapidamente, possibilitaria uma séria crítica ao pós-colonialismo. Alguns pensadores, como Ranajit Guha e Gayatri Spivak, utilizam o termo “subalterno” para se referir a grupos marginalizados; grupos esses que não possuem voz ou representatividade, em decorrência de seu *status* social. Cabe dizer que se trata de um atributo geral relacionado à subordinação da sociedade, em termos de classe, casta, idade, gênero e trabalho.

Em outras palavras, Ranajit Guha indica que o subalterno é, por definição, um não registrado ou registrável, incapaz de agir como um agente histórico da ação hegemônica, ou seja, de estar presente nas dicotomias estruturais e na constituição dos heróis do drama nacional, na escrita, na literatura, na educação, nas instituições, na administração da lei e na autoridade, uma vez que tais produções estão atravessadas pelo olhar de formação do Estado.

É válido lembrar, então, que uma importante prerrogativa para o desenvolvimento do Grupo de Estudos Subalternos Sul-Asiáticos foi reescrever a trajetória da Índia colonial de um distinto e separado ponto de vista, o das massas, promovendo uma história alternativa com relação ao discurso oficial dos historiadores que se inscreviam na ideologia de suas alianças políticas com a *raj inglesa*.³

Desta forma, tal reflexão apresentada pelo grupo Sul-Asiático, dialoga com o grupo Latino-Americano de estudos da subalternidade. A Associação Latino-Americana de Estudos Subalternos foi, originalmente, formada por cinco integrantes: John Beverly, Robert Carr, José Rabasa, Javier Sanjinés e Ileana Rodrigues, cujo primeiro encontro ocorreu na George Mason University, em 1992.

Dentre os representantes do Grupo Latino-Americano de Estudos Subalternos, merece destaque o texto de fundação do grupo, que se encontra na revista *Boundary 2* (1993), o livro organizado por Ileana Rodríguez *The Latin American subaltern studies reader* (2001) e os trabalhos do venezuelano John Beverly, em especial, seu livro *Subalternidad y representación* (2004). A esses podem agregar-se os trabalhos dos entusiastas: Walter

²Ranaj Guha editou *Subaltern Studies I-VI* (1982-89). Suas publicações incluem *A Rule of Property for Bengal: An Essay on the Idea of Permanent Settlement* (1963, 1982, 1996), *Elementary Aspects of Peasant Insurgency in Colonial India* (1983), e *Dominance without Hegemony: History and Power in Colonial India*. Tem atuado como professor e pesquisador em várias universidades da Índia, Inglaterra, Estados Unidos e Austrália.

³British Raj refere-se à dominação inglesa no subcontinente indiano entre os anos de 1858 e 1947, na região comumente conhecida como Índia na contemporaneidade, possui áreas diretamente administradas pelo Reino Unido.

Mignolo, no livro *Histórias locais/Projetos Globais* (2003), e Alberto Moreiras, no livro *A exaustão da diferença: a política dos estudos culturais latino-americanos* (2001).

De acordo com Ileana Rodríguez,⁴ o que uniu os pesquisadores do Grupo Latino-Americano foi uma intuição partilhada com o Grupo Sul-Asiático de Estudos Subalternos, o que, de certa forma, foi relevante para o trabalho, visto que compartilhavam e vivenciavam a mesma herança colonial.

Rodríguez aponta que, “compartilhando o modelo do Grupo Sul Asiático, nós decidimos ser um grupo descentralizado e democrático com um projeto acadêmico que continuaria o legado de estudos politicamente comprometidos.”⁵

Para o grupo, a queda de regimes autoritários, na América Latina, o final do comunismo, a contínua mudança dos projetos revolucionários no processo de redemocratização e a nova dinâmica criada pelos efeitos da comunicação de massa e os arranjos da economia transnacional, constituem-se desenvolvimentos que clamam por novas maneiras de pensar e atuar politicamente.

De acordo com as palavras de John Beverly (2004), a perspectiva dos estudos subalternos não só implica uma nova forma de produção autocrítica acadêmica, como, também, conduz à possibilidade de uma nova forma de conceber o projeto de esquerda em condições de globalização e pós-modernidade, ocasião que o desejo de democratização e desierarquização cultural se faz presente.

Beverly (2004) afirma que “os estudos subalternos tratam sobre o poder, sobre quem o tem e quem não o tem, quem está ganhando e quem está perdendo.”⁶ Alojase aí a dificuldade do debate acerca da representação do subalterno enquanto sujeito social dentro do discurso hegemônico e dos muros da universidade, porque os estudos subalternos “não são apenas novas formas de produção de conhecimento acadêmico, devem ser, também, formas de interferir politicamente nessa produção.”⁷

Podemos observar, com isso, o quanto o saber acadêmico está atravessado pela construção social da subalternidade, e vice-versa, e como a emergência do debate, acerca do subalterno em face da hegemonia, alterna esse saber. Para o crítico venezuelano:

⁴ Professora de Literatura e Culturas da América Latina no Departamento de Espanhol e Português da Universidade do Estado de Ohio. Dentre suas publicações, encontram-se os livros *Women, Guerrillas, and Love* e *House/Garden/Nation: Space, Gender, and Ethnicity in Post-Colonial Latin American Literatures by Women*. Tem desenvolvido pesquisas sobre estudos da subalternidade, teoria pós-colonial e estudos femininos.

⁵ On the model of the South Asian Collective we decided to be a decentralized and democratic collective with an academic project that would continue the legacy of politically committed scholarship. RODRIGUEZ. *The Latin American subaltern studies reader*, p.1

⁶ Los estudios subalternos tratan sobre el poder, quem lo tiene y quién no, quién lo está ganando y quién lo está perdiendo. BEVERLEY. *Subalternidad y representación*, p.23.

⁷ [...] no son solo nuevas formas de producción de conocimiento académico; deben ser también formas de intervenir políticamente em esa producción, desde la perspectiva del subalterno. BEVERLY. *Subalternidad y representación*, p.56.

[...] o subalterno é subalterno em parte porque não pode ser representado adequadamente pelo saber acadêmico (e pela teoria) [...] porque esse saber é uma prática que produz ativamente a subalternidade (a produz no ato mesmo de representá-la).⁸

Por essa perspectiva, Beverley indica a dimensão além-fronteira do poder da elite norte-americana que posiciona a América Latina “nas entranhas do monstro.”⁹ Temos, todavia, a representação de um *local* sendo falado por alguém que está em outro lugar. É o que Spivak aponta ao dizer que a representação não é só um problema de “falar sobre, mas também de falar por.”

Sob a atenta tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa e André Pereira Feitosa o texto *Can the subaltern speak?* em sua versão original, ganha uma leitura fluida e coesa em virtude do trabalho criterioso feito pelos tradutores. Rememorando outro texto da autora ao tocar na temática da tradução, Spivak em *The politics of translation* reflete sobre a tarefa quase impossível do tradutor, que tem por ofício o papel de tentar fazer falar o texto de outra pessoa.

Nessa vertente, a teórica indiana, discute os mecanismos que regem o processo da subalternidade. Destaca a autora que o termo “subalterno” não corresponde a uma palavra clássica para o oprimido, mas à representação daqueles que não conseguem seu espaço em um contexto globalizante, capitalista, totalitário e excludente, pois “subalterno é sempre aquele que não pode falar, pois se fala já não o é”.

178

O livro de Spivak nos faz ouvir o “balbucio,” nas palavras de Hugo Achugar (2006), daqueles que não têm voz nem lugar na sociedade contemporânea e que são excluídos dos grandes centros letrados. Daí, pensarmos em uma mulher, indiana, pobre, completamente distante do centro hegemônico, que propõe uma autorreflexão aos intelectuais no mundo contemporâneo.

De acordo com a autora, escrevemos como povos que tiveram a consciência formada como sujeitos coloniais e, negar isso, seria negar nossa própria história. Com efeito, a obra analisa como o tema do terceiro mundo é representado pelo discurso ocidental do primeiro mundo. Além disso, desfere uma contundente crítica no que concerne à forma com que a produção do intelectual ocidental está atravessada pelos “interesses econômicos internacionais”. Não é forçoso observar que as leis ditadas pelo projeto imperialista sufocam os marginais e não lhes dá “permissão para narrar”. Sob essa premissa repousa o projeto de Spivak e de outros pesquisadores: revisitar a historiografia da Índia colonial pela perspectiva de uma cadeia descontínua das insurreições camponesas durante a ocupação colonial.

⁸ el subalterno es subalterno en parte porque no puede ser representado adecuadamente por el saber académico (y por la “teoría”) [...] porque esse saber es una práctica que produce activamente la subalternidad (la produce en el acto mismo de representarla) BEVERLEY. *Subalternidad y representación*, p.23.

⁹ en las entrañas del mostro. MARTI, *apud* BEVERLY. *Subalternidad y representación*, p.24.

A produção abarca pontos biográficos da autora como sua insistente luta contra a mediocridade do pensamento humano, do sistema patriarcal que marca nossa sociedade, das mazelas sociais e, acima de tudo, do preconceito contra a mulher subalterna. Para a estudiosa, “o subalterno não pode falar. Não há valor algum atribuído à “mulher” como um item respeitoso nas listas de prioridades globais.”

Desta forma, Spivak, afirma que a condição de subalternidade é a condição do silenciamento, ou seja, o subalterno necessariamente carece de um representante por sua própria condição de silenciado. Por um lado, observa-se a divisão internacional entre a sociedade capitalista regida pela lei imperialista e, por outro, a impossibilidade de representação daqueles que estão à margem ou centros silenciados. Nesse bojo, sobressai o questionamento instigante da pesquisadora: Pode o subalterno falar? Para tanto, Spivak propõe uma tomada de consciência sobre a produção de uma história justa que procure representar, verdadeiramente, a narrativa dos subalternos.

A obra provoca inquietação e desconforto, nos obrigando a rever pontos dissonantes presentes no intelectualismo contemporâneo. É importante salientar que os grupos que formam/representam a intelectualidade vigente e que não assumem seus papéis de atuantes sociais, de perturbadores *do status quo* (rememorando as palavras de Edward Said), recebem duras críticas da autora indiana.

O ensaio, “O direito ao grito da subalternidade na América Latina”, de Edgar César Nolasco, colabora para a discussão e conceituação do que seja subalternidade e auxilia-nos a concluir de forma mais pontual nossa discussão sobre a subalternidade, pelo menos na América Latina:

Talvez se devesse pensar o conceito de subalternidade na América Latina tendo em mente que América é um substantivo feminino, logo historicamente subalterna por excelência (no que pese a lembrança de um preconceito). Mas daí surgiria uma primeira pergunta: subalternista aos olhos de quem? É-se subalterno, sempre, aos olhos do outro, do de fora? Só se pode pensar em tal conceito numa perspectiva comparatista dualista e hegemônica? Parece-me que não. Talvez o conceito de subalternidade venha nos mostrar que é possível pensar no local, no próprio, no regional, sem abrir mão, por exemplo, do atual contexto globalizante, capitalista, totalitário e excludente no qual estamos vivendo, por mais que isso nos pareça contraditório.¹⁰

Dessa forma, cabe aos pesquisadores trazerem a discussão para o interior dos muros da universidade ou para fora dela, à medida que o discurso subalternista desconstrói o discurso acadêmico e disciplinar e tenta propor caminhos para que exista, ou, se possível, ouça-se a voz daqueles que estão à margem da sociedade. É oportuno enfatizar que esse é o ponto de partida que move a pesquisa de Spivak.

¹⁰NOLASCO. O direito ao grito da subalternidade na América Latina. (no prelo)

Pelo exposto, vemos que os estudos subalternos, quando entram em cena, proporcionam não só uma nova forma de produção autocrítica acadêmica, como, também, conduzem à possibilidade de uma nova forma de conceber o projeto de esquerda em condições de globalização e pós-modernidade, uma vez que os grupos em sua essência compartilhavam os ideais de mudança social e cultural.

ACHUGAR, Hugo. *Planetas sem boca: escritos efêmeros sobre arte, cultura e literatura*. Tradução de Lyslei Nascimento. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

BEVERLEY, John. *Subalternidad y representación: debates em teoria cultural*. Tradução de Mayrlene Beiza y Sergio Villalobos-Ruminott. Madri: Iberoamericana, 2004.

FIGUEIREDO, Carlos Vinícius da Silva. *O direito ao grito: A hora do intelectual subalterno em Clarice Lispector*. Três Lagoas: Campus de Três Lagoas da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2009, 110 f. (Dissertação de Mestrado)

GUHA, Ranajit. SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Selected Subaltern Studies*. New York. Oxford University Press, 1988.

LATIN AMERICAN SUBALTERN STUDIES GROUP. Founding Statement. In: *Boundary 2*, Duke University Press, 1993.

MIGNOLO, Walter D. *Histórias locais/projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Tradução de Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

MOREIRAS, Alberto. *A exaustão da diferença: a política dos estudos culturais*. Tradução de Eliana Lorenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

NOLASCO, Edgar César. Para onde os pássaros devem voar depois do último céu? In: *RAÍDO*-Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFGD. Dourados, v.2, n.3, jan.-jun. 2008.

RODRÍGUEZ, Ileana. *The Latin American Subaltern Studies Reader*. Durhan and London: Duke University Press, 2001.

SAID, Edward W. *Representações do intelectual*. Tradução de Milton Hatoum. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SPIVAK, Gayatri. *Pode o subalterno falar?* Trad. Sandra Regina Goular Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

